

# Roseana dirá onde trabalha

O Prodasen (Centro de Processamento de Dados) e a Subsecretaria de Pessoal do Senado Federal iniciarão na próxima semana a distribuição de um questionário, destinado a descobrir, em 30 dias, quantos são, na realidade, os funcionários da Casa. Nesse recadastramento, o servidor deverá dizer o nome, a matrícula, a filiação, o registro profissional, o número do PIS/Pasep e onde está lotado.

A filha do presidente da República, Roseana Sarney Murad, técnica em legislação e orçamento, com um salário bruto de NCz\$ 1.865,21, terá seu questionário enviado para o Palácio do Planalto.

“Mesmo sendo filha do presidente Sarney, ela será chamada a preencher esse formulário, pois é funcionária, posta à disposição do Palácio, com ônus para o Senado”, explicou o primeiro secretário da Mesa daquela Casa, Mendes Canale (PMDB-MS). Funcionária do gabinete do pai, quando este era senador, Roseana foi para a Presidência da República, onde recebe, além dos vencimentos de NCz\$ 2.386,44, uma gratificação de NCz\$ 1.635,13, amparada no regulamento administrativo do Senado, artigo 530, que dispõe: “Os servidores do Senado poderão, autorizados pela Comissão Diretora, prestar serviços a outros órgãos do Poder Público ou aceitar missões estranhas ao Senado”. Ela recebe um total bruto de NCz\$ 4.021,57.

## Conserto

A primeira reunião da mesa recém-eleita pelo Senado durou três horas e o assunto predominante foi o volume de servidores. “Vamos ver se consertamos esta casa, para que não passemos dois anos aqui nos reunindo toda semana para discutir pessoal”, disse, ao final da reunião, Mendes Canale. Nelson Carneiro abriu o encontro dizendo que o fundamental no momento é que a Mesa tenha uma visão ampla da situação administrativa da Casa.

Quem mais defendeu o recadastramento foi Mendes Canale, que já o aplicou quando governador de Mato Grosso do Sul. Ele levou um modelo do formulário para mostrar aos senadores.

Saber se o questionário deve sair com o nome do presumível servidor ou em branco foi outro assunto que demorou a ser discutido. Canale defendeu a idéia de que o espaço para o nome deve ficar em branco, a fim de que os “fantasmas” sejam obrigados a identificar-se e a dizer em que seção estão lotados. Quem não responder ao formulário em 30 dias sairá da folha de pagamento do Senado Federal.

da um inquérito para caracterizar o abandono de emprego. Quem estiver cedido para outro órgão público, sendo necessário ao Senado, deverá ser chamado de volta, desde que esteja cedido com ônus para a Casa.

Mas, o primeiro assunto discutido pela Mesa foi parar um “trem da alegria” patrocinado pelo ex-presidente Humberto Lucena. Ele fez a Mesa Diretora anterior aprovar um ato dando estabilidade a 28 servidores que exerciam cargos de confiança — os três secretários parlamentares e um assessor técnico a que tinham direto provisoriamente cada um dos sete integrantes da Mesa Anterior. Os cargos eram de confiança. Mas, mediante um ato, a Mesa poderia decretar a estabilidade. Isso só não aconteceu porque o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), primeiro secretário da Mesa anterior, protestou contra a decisão e apresentou um recurso. Esse recurso foi acatado ontem pela Mesa dirigida por Nelson Carneiro e o ato de Lucena julgado insubsistente.

Outro assunto discutido foi o “trem da alegria” patrocinado pelo ex-senador Moacyr Dalla (PDS-ES), em 1984, para a lotação de mais de 500 servidores na Gráfica do Senado. Nelson Carneiro decidiu pedir à Assessoria Jurídica da Casa que procure descobrir no Supremo Tribunal Federal o que aconteceu com o processo que apurava a ilegalidade das nomeações. Quanto à possibilidade de esses funcionários alegarem estabilidade, em decorrência da nova Constituição, que garante os servidores com cinco anos de serviço, Mendes Canale disse que isso não existe.

Antes de encerrar a reunião, os senadores integrantes da Mesa começaram a discutir a necessidade de um relógio de ponto para os servidores da Casa. Alexandre Costa (PFL-MA) argumentou que essa exigência não deve atingir os gabinetes dos parlamentares, que controlam ao seu modo a pontualidade do seu pessoal. A maioria dos integrantes da Mesa entendeu também que os gabinetes devem ser tratados à parte na obrigatoriedade do ponto. Nelson Carneiro, mais uma vez, sustentou que não se deve buscar a demissão de servidores, mas a moralização da Casa. “Temos que descobrir onde está esse pessoal que não trabalha, levando em conta que o Senado tem muitos funcionários competentes e trabalhadores”, disse ele. Participaram da reunião, além de Nelson Carneiro e Mendes Canale, os senadores Iram Saraiva, Divaldo Suárez, Pompeu de Souza, Louren-